

QUANTUM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 28.367.479/0001-18 - NIRE 35.300.50723-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2024

**1. DATA, LOCAL E HORA:** Ao 9 dia do mês de dezembro de 2024, às 12 horas, na sede social da Quantum Participações S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 955, conjuntos comerciais 52, 102,111 e 112, Itaim Bibi, CEP 04530-001. **2. CONVOCAÇÃO E QUÓRUM DE PRESENÇA:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), por estar presente à assembleia a totalidade dos acionistas da Companhia de acordo com as assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. MESA:** Presidente: Daniel Araujo do Pinho; Secretário: William Yuzo Akamine. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a: (i) aprovação, nos termos do artigo 9º, item (i) do Estatuto Social da Companhia, para realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública sob o rito de registro automático de distribuição, da Companhia, no valor total de R\$ 455.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco milhões de reais) ("Emissão") e "Debêntures", respectivamente), a ser formalizada por meio da celebração do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Quantum Participações S.A." ("Escritura de Emissão"), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução CVM nº 160, 13 de julho de 2022, conforme alterada, expedida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM" e "Resolução CVM 160", respectivamente), das "Regras e Procedimentos de Ofertas Públicas", parte integrante do "Código de Ofertas Públicas", sendo ambos expedidos pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") e em vigor desde 15º de julho de 2024 ("Código ANBIMA"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); (ii) a outorga, pela Companhia, em garantia das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido), da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido); (iii) autorização à Diretoria da Companhia e/ou procuradores da Companhia para praticar todos e quaisquer atos necessários à realização, formalização, aperfeiçoamento, conclusão e implementação da Emissão e da Oferta, incluindo a contratação das instituições intermediárias e dos demais prestadores de serviço da Emissão e da Oferta, a negociação de condições comerciais da Emissão no âmbito da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, bem como suas respectivas procurações, do Contrato de Distribuição (conforme definidos abaixo) e dos demais documentos da Oferta, e a celebração dos documentos no âmbito da Emissão e da Oferta, celebrar eventuais aditamentos à Escritura de Emissão, aos Contratos de Garantia e ao Contrato de Distribuição, que se façam, necessários, sem a necessidade de nova aprovação societária da Companhia bem como celebrar todos os documentos necessários para depósito das Debêntures na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"); e (iv) ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados pelos Diretores da Companhia e/ou por procuradores da Companhia para a implementação da Emissão e da Oferta. **5. DELIBERAÇÕES:** Após exame e discussão da matéria constante na ordem do dia, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos, sem ressalvas: (i) aprovar a realização da Emissão e da Oferta, que possuirá as seguintes características e condições principais: **(a) Número da Emissão:** A Emissão constituirá a 1ª (Primeira) emissão de Debêntures da Companhia; **(b) Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela definida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); **(c) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$ 455.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"); **(d) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"); **(e) Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. **(f) Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. **(g) Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única; **(h) Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 455.000 (quatrocentas e cinquenta e cinco mil) Debêntures; **(i) Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de 2.526 (dois mil, quinhentos e vinte e seis) a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data prevista na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) da totalidade das Debêntures e de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e da Escritura de Emissão **(j) Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Debêntures:** As Debêntures serão emitidas sob a forma escritural, sem a emissão de coteletos ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, na qualidade de responsável pela escrituração das Debêntures, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome dos Debenturistas, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures; **(k) Garantias Reais:** Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todos e quaisquer valores, presentes e futuros, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Companhia nos termos das Debêntures e da Escritura de Emissão, bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário (conforme definido abaixo) e/ou pelos Debenturistas (conforme definido abaixo), inclusive em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas decorrentes das Debêntures, da Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, nos termos do artigo 897 e seguintes da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada de tempos em tempos ("Código Civil") e as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou realização das garantias reais, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais (inclusive honorários advocatícios) para a execução das Garantias Reais, nos termos da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e dos demais documentos da Emissão ("Obrigações Garantidas"), conforme aplicável, serão constituídos, em favor dos Debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável, as seguintes garantias ("Garantias Reais"): (i) alienação fiduciária, nos termos dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, no que for aplicável, e do artigo 66-B da Lei 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada ("Lei 4.728"), com a redação dada pela Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada, e das disposições dos artigos 40, 100 e 113 da Lei das Sociedades por Ações, a ser prestada entre o Acionista, o Agente Fiduciário e a Companhia, na qualidade de interveniente anuente ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"); (ii) a cessão fiduciária de futuras, de emissão da Companhia, de titularidade do Acionista, conforme descritas no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, bem como, de todas as ações derivadas de tais ações por meio de reestruturação societária, cisão (exceto pela Cisão Permitida, conforme definido na Escritura de Emissão), fusão, incorporação (observada o disposto na Escritura de Emissão no caso de uma Incorporação Permitida), desdobramentos, grupamentos ou bonificações, inclusive mediante permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação de tais ações e quaisquer bens ou títulos nos quais tais ações sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários e o direito de subscrição de novas ações representativas do capital social da Companhia, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação do Acionista na Companhia, sejam elas atual ou futuramente detidas pelo Acionista), bem como todos os direitos políticos a elas relacionados ("Ações Alienasdas Fiduciariamente"); e (b) dos direitos, frutos e rendimentos, presentes ou futuros, decorrentes das Ações Alienasdas Fiduciariamente, inclusive, mas não se limitando aos direitos a todos os lucros, dividendos, juros sobre capital próprio, rendas, distribuições, proventos, resgates, reduções de capital, bonificações e quaisquer outros valores creditados, pagos, distribuídos ou por outra forma entregues, ou a serem creditados, pagos, distribuídos ou por outra forma entregues, por qualquer razão, ao Acionista em relação às Ações Alienasdas Fiduciariamente, bem como todos os direitos a quaisquer pagamentos relacionados às Ações Alienasdas Fiduciariamente que possam ser considerados frutos, rendimentos, remuneração ou reembolso de capital ("Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente" e, em conjunto com as Ações Alienasdas Fiduciariamente, os "Bens Alienasdos Fiduciariamente"), conforme identificados no "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outros Avenças", a ser celebrado entre o Acionista, o Agente Fiduciário e a Companhia, na qualidade de interveniente anuente ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"); e (ii) a cessão fiduciária pela Companhia e pelo Acionista, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei 4.728, (a) totalidade dos direitos creditórios (incluindo os Investimentos Permitidos (conforme definidos abaixo), presentes e/ou futuros, detidos e a serem detidos, pelas Fiduciárias, contra o Banco Depositário (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), na qualidade de instituição depositária das Contas Vinculadas (conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária) na qual deverão ser, observado o disposto no Contrato de Financiamento BNDES (conforme definido abaixo), depositados todos os dividendos, rendimentos e demais direitos creditórios decorrente das ações de emissão da SPE de titularidade da Companhia e do Acionista ("Ações" e, como um todo, os "Direitos Econômicos") efetivamente distribuídos em função da titularidade das Ações pela Companhia e pelo Acionista, bem como a titularidade das respectivas Contas Vinculadas e todos e quaisquer valores e recursos que venham a ser depositados nas Contas Vinculadas, ainda que em trânsito ou em processo de compensação bancária ("Direitos Contas Vinculadas") e observado que só serão depositados nas Contas Vinculadas os Direitos Econômicos passíveis de serem distribuídos à Companhia e ao Acionista nos termos do penhor sobre as ações de emissão da SPE estabelecido no âmbito do "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 19.2.0651.1 ("Contrato de Financiamento BNDES"); e (b) quaisquer Investimentos Permitidos (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária), bem como quaisquer recursos decorrentes da venda e/ou do resgate de referidos Investimentos Permitidos, assim como os valores enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, observado que quaisquer juros eventualmente devidos com relação aos Investimentos Permitidos renderão em favor da Companhia e do Acionista, mas constituirão parte integrante dos Direitos creditórios, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ("Direitos Creditórios Investimentos Permitidos"), e, em conjunto com os Direitos Contas Vinculadas, os "Direitos Creditórios", conforme os termos previstos no "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outros Avenças", a ser celebrado entre o Acionista, a Companhia, o Agente Fiduciário e a SPE, na qualidade de interveniente anuente ("Contrato de Cessão Fiduciária" e, quando em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os "Contratos de Garantia"); (i) Depósito para Distribuição Primária, Negociação Secundária e Custódia Eletrônica: As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) a negociação, observado o disposto na Escritura de Emissão, no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **(m) Destinação dos Recursos:** A totalidade dos recursos líquidos captados pela Companhia por meio das Debêntures serão utilizados para a aquisição de 50% (cinquenta por cento) menos 1 (uma) ação da participação societária na Chimarrão Transmissora de Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 32.398.119/0001-50 ("SPE") e o restante para fluxo de caixa; **(n) Repactuação Programada:** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; **(o) Amortização do Principal:** Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado, de Resgate Antecipado Facultativo ou de Amortização Extraordinária Facultativa, nos termos previstos na Escritura de Emissão e na legislação aplicável, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures será amortizado em 10 (dez) parcelas, devidas sempre no dia 18 (dezoito) dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida na data prevista na Escritura de Emissão, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com as datas e percentuais indicados na Escritura de Emissão (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures"); **(p) Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos da Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão, serão realizados (i) pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, aos Juros Remuneratórios e aos Encargos Moratórios, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou (ii) pela Companhia, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador ou em sua sede, conforme o caso; **(q) Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil, sábado ou domingo. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na Escritura de Emissão, entende-se por "Dias Úteis Úteis" (i) com relação a qualquer obrigação realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil; e (ii) com relação a qualquer obrigação que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **(r) Encargos Moratórios.** Observado o prazo de cura de 2 (dois) Dias

Úteis, sem prejuízo dos Juros Remuneratórios e do disposto na Escritura de Emissão, ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer quantia devida pela Companhia aos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento dos Juros Remuneratórios, que continuarão sendo calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória e não compensatória de 2,00% (dois por cento) ("Encargos Moratórios"); **(s) Resgate Antecipado Facultativo Total:** A Companhia poderá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"), a qualquer momento, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independente da vontade dos Debenturistas, desde que cumulativamente: (1) a Companhia com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Facultativo, comunique os Debenturistas acerca do Resgate Antecipado Facultativo, por meio de publicação de aviso aos Debenturistas no Jornal de Publicação (conforme definido na Escritura de Emissão) ou notificação, por escrito, com cópia ao Agente Fiduciário ("Comunicação de Resgate Antecipado"); (2) a Companhia com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Facultativo, comunique a B3, o Banco Liquidante e o Escriturador acerca do Resgate Antecipado Facultativo; e (3) o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures seja realizado pelo (a) seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (b) dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, de encargos moratórios, se houver, e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia; e (c) de prêmio, incidente sobre o valor do resgate antecipado, correspondente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, multiplicado pelo prazo remanescente, calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão ("Valor do Resgate Antecipado"); **(t) Amortização Extraordinária Facultativa:** A Companhia poderá realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures ("Amortização Extraordinária"), a qualquer momento, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independente da vontade dos Debenturistas, desde que cumulativamente: (1) a Companhia com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data da Amortização Extraordinária, comunique os Debenturistas acerca da Amortização Extraordinária, por meio de publicação de aviso aos Debenturistas no Jornal de Publicação ou notificação, por escrito, com cópia ao Agente Fiduciário ("Comunicação de Amortização Extraordinária"); (2) a Companhia com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data da Amortização Extraordinária, comunique a B3, o Banco Liquidante e o Escriturador acerca da Amortização Extraordinária; e (3) a Amortização Extraordinária das Debêntures seja realizada pela (a) parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (b) dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária, incidentes sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido de encargos moratórios, se houver, e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e (c) de prêmio, incidente sobre o valor do resgate antecipado (observado que, caso o Resgate Antecipado Facultativo aconteça em qualquer Data de Pagamento da Remuneração, deverão ser desconsiderados os valores pagos em tal data), correspondente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, multiplicado pelo prazo remanescente, calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão ("Valor da Amortização Extraordinária"); **(u) Oferta de Resgate Antecipado:** A Companhia poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures, sendo vedada a oferta de resgate antecipado parcial ("Oferta de Resgate Antecipado"), devendo ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições para aceitar ou não a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures de que forem titulares, observado que o resgate antecipado somente poderá ser realizado pela Companhia caso seja verificada a adesão de Debenturistas representando a totalidade das Debêntures, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão; **(v) Resgate Antecipado Facultativo Parcial:** As Debêntures não poderão ser objeto de resgate antecipado facultativo parcial; **(w) Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras estabelecidas na Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022 ("Aquisição Facultativa"); **(x) Vencimento Antecipado:** Observado o disposto na Escritura de Emissão e os respectivos prazos de cura, o Agente Fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial, todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, além dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos na Cláusula 6.1. da Escritura de Emissão (cada um, um "Evento de Vencimento Antecipado Automático"). O Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência de quaisquer dos eventos listados na Cláusula 6.2. da Escritura de Emissão, convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado os respectivos prazos de cura e o disposto na Escritura de Emissão, inclusive as disposições relativas aos procedimentos de convocação e quóruns da Assembleia Geral (cada evento um "Evento de Vencimento Antecipado Não Automático" e, em conjunto com os Eventos de Vencimento Antecipado Automático, "Eventos de Vencimento Antecipado"); **(y) Juros Remuneratórios das Debêntures.** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um spread (sobretaxa) de 1,00% (um inteiro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa" e, em conjunto com a Taxa DI, "Juros Remuneratórios"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a primeira Data de Integralização ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até (i) a data de pagamento dos Juros Remuneratórios em questão (exclusive), ou (ii) a data de pagamento em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado ou (iii) a data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro (exclusive). Os Juros Remuneratórios serão calculados conforme formula a ser descrita na Escritura de Emissão; **(z) Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures:** Sem prejuízo do pagamento em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo, de Oferta de Resgate Antecipado, de Amortização Extraordinária e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o pagamento efetivo dos Juros Remuneratórios das Debêntures será feito sempre no dia 18 (dezoito) dos meses de maio e novembro, sendo o primeiro pagamento devido na data prevista na Escritura de Emissão e o último pagamento devido na Data de Vencimento, conforme tabela prevista na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios"). O pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures será feito pela Companhia aos Debenturistas, de acordo com as normas e procedimentos operacionais da B3, considerando a custódia eletrônica das Debêntures na B3; **(aa) Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; **(ab) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha ser integralizada em data diversa e posterior à primeira Data de Integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização. As Debêntures poderão ainda, em qualquer Data de Integralização, ser colocadas com ágio ou deságio, a exclusivo critério e em comum acordo dos Coordenadores, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures subscritas e integralizadas em uma mesma Data de Integralização. Em relação às liquidações realizadas em datas diferentes, eventual ágio ou deságio poderá ser aplicado de forma diferente, observado também o disposto no Contrato de Distribuição. O ágio ou o deságio, conforme o caso, será aplicado em função de condições objetivas de mercado, incluindo, mas não se limitando a (i) alteração na taxa SELIC; (ii) alteração na remuneração dos títulos do tesouro nacional; (iii) alteração na Taxa DI; (iv) alteração material nas taxas indicativas de negociação de títulos de renda fixa (debêntures, notas comerciais escriturais, certificados de recebíveis imobiliários, certificados de recebíveis do agronegócio e outros) divulgadas pela ANBIMA; ou (v) excesso ou ausência de demanda pelos valores mobiliários, conforme verificado pelos Coordenadores; **(cc) Colocação e Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, pelo rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures ("Garantia Firme"), com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", sendo a instituição intermediária líder, "Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública pelo Rito de Registro Automático, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures, em Série Única, da 1ª (Primeira) Emissão da Quantum Participações S.A.", celebrado entre a Companhia e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"), e de acordo com os procedimentos operacionais relativos à B3; **(dd) Rito de Registro Automático e Registro na CVM:** A Oferta será realizada seguindo o rito de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 26, inciso X e seguintes da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sendo, portanto, automaticamente registrada para distribuição na CVM de acordo com o artigo 19 da Lei de Valores Mobiliários, destinada exclusivamente a investidores que atendam às características de Investidor Profissional (conforme definido na Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021); **(ee) Escriturador e Banco Liquidante:** A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures, nos termos da legislação e regulamentação em vigor, será o BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, com sede na Praia de Botafogo, nº 501, Botafogo, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 2250-040, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 59.281.253/0001-23 ("Escriturador"). A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o BANCO BTG PACTUAL S.A., sociedade por ações, devidamente constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, por meio de sua filial localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0001-45 ("Banco Liquidante"); **(ff) Agente Fiduciário:** VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, CEP 05425-020, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário") e representando a comunidade dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"); e **(gg) Demais características e condições:** As demais características das Debêntures e da Oferta encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão. **(ii) Aprovar a outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária,** mediante a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária; **(iii) autorizar a diretoria da Companhia e/ou procuradores da Companhia para praticar todos e quaisquer atos necessários à realização, formalização, aperfeiçoamento, conclusão e implementação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, no que se refere (a) contratação dos Coordenadores para realizar a distribuição da Oferta; (b) contratação dos demais prestadores de serviços relativos à Emissão e à Oferta, tais como o Escriturador, o Banco Liquidante, o Banco Depositário, o Agente Fiduciário e os assessores legais, dentre outros prestadores de serviços que se fizerem necessários, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação de serviço e assinar os respectivos contratos, (c) a negociação de condições comerciais da Emissão no âmbito da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Distribuição e dos demais documentos da Oferta; (d) a celebração (i) da Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, caso necessário; (ii) do Contrato de Distribuição e eventuais aditamentos, caso necessário, para contratação dos Coordenadores a fim de realizar a colocação das Debêntures; (iii) dos Contratos de Garantia, respectivas procurações e eventuais aditamentos, caso necessário; e (iv) dos demais documentos eventualmente necessários à condução da Emissão e da Oferta, e eventuais aditamentos que se façam necessários; e (iv) foram ratificados todos e quaisquer atos até então adotados pela diretoria ou procuradores da Companhia para a implementação da Emissão e da Oferta. **6. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada. **CERTIDÃO:** Confere com o original, lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 9 de dezembro de 2024. **Mesa:** Daniel Araujo do Pinho - Presidente, William Yuzo Akamine - Secretário**

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2021, que institui a  
Infraestrutura da Chaves Públicas  
Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa  
Diário de Notícias em seu site de notícias.

**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link  
<https://pubilegal.diariodenoticias.com.br/>